

Subsecretaria de Análise
S. F.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXX — Nº 41

TERÇA-FEIRA, 6 DE MAIO DE 1975

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º, da Constituição, e eu, Magalhães Pinto, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 45, DE 1975

• Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.381, de 23 de dezembro de 1974.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.381, de 23 de dezembro de 1974, que "dispõe sobre o tratamento tributário aplicável à empresa individual nas atividades imobiliárias, e dá outras providências".

Senado Federal, em 05 de maio de 1975. — Senador *José de Magalhães Pinto*, Presidente.

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Magalhães Pinto, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 08, DE 1975

Suspende a proibição contida nas Resoluções nºs. 58, de 1968, 79, de 1970, 52, de 1972, e 35, de 1974, para permitir que a Prefeitura Municipal de Pederneiras, Estado de São Paulo, fixe em Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros) o limite de sua dívida consolidada.

Art. 1º É suspensa a proibição constante do artigo 1º da Resolução nº 58, de 1968, revigorada pelas de nºs. 79, de 1970, 52, de 1972, e 35, de 1974, todas do Senado Federal, para permitir que a Prefeitura Municipal de Pederneiras, Estado de São Paulo, fixe em Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros) o limite de sua dívida consolidada, a fim de poder contratar empréstimo junto à Caixa Econômica do Estado de São Paulo S.A., de igual valor, destinado a financiar serviços de infra-estrutura, notadamente, no que se refere ao setor de pavimentação asfáltica.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 05 de maio de 1975. — Senador *José de Magalhães Pinto*, Presidente.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

EVANDRO MENDES VIANNA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Diretor-Executivo

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Diretor da Divisão Administrativa

ALCIDES JOSÉ KRONENBERGER
Diretor da Divisão Industrial

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 100,00
Ano Cr\$ 200,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 200,00
Ano Cr\$ 400,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,30)

Tiragem: 3.500 exemplares

SUMÁRIO

1 — ATA DA 43ª SESSÃO, EM 5 DE MAIO DE 1975

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

SENADORES VIRGÍLIO TÁVORA E ITAMAR FRANCO, respectivamente, em nome da ARENA e do MDB — Dia das Comunicações

O SR. PRESIDENTE — Fala associativa, em nome da Mesa.

1.2.2 — Parecer

— Referente a seguinte matéria:

Projeto de Resolução nº 10, de 1975, que suspende, por inconstitucionalidade, a execução do § 4º do art. 51 da Emenda Constitucional nº 4, de 30 de outubro de 1969, do antigo Estado da Guanabara. (Redação final.)

1.2.3 — Comunicações da Presidência

— Convocação de sessão do Congresso Nacional a realizar-se hoje, às dezoito horas e trinta minutos, com Ordem do Dia que designa.

— Recebimento da Mensagem nº 91, de 1975 (nº 124/75, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República, nos termos do disposto no art. 42, item VI, da Constituição, submete ao Senado proposta do Sr. Ministro de Estado da Fazenda para que seja levantada a proibição contida na Resolução nº 58/68, do Senado, a fim de que a Prefeitura Municipal de Sananduva (RS) possa elevar em Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, e possa contratar empréstimo junto à Caixa Econômica do Estado do Rio Grande do Sul, destinado à conclusão das obras de construção do novo prédio daquela Prefeitura.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Requerimento nº 69/75, do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 90/74, de sua autoria, que dispõe sobre troco obrigatório, e dá outras providências. **Aprovado.**

— Requerimento nº 70/75, do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 94/74, de sua autoria, que dispõe sobre os Direitos da Mulher e altera o art. 248 do Código Civil Brasileiro. **Aprovado.**

— Requerimento nº 71/75, do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 131/74, de sua autoria, que disciplina grafia e uso de siglas e abreviaturas. **Aprovado.**

— Requerimento nº 167/75, de autoria do Sr. Senador Mauro Benevides, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, da oração gratulatória do Eminentíssimo Cardeal D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, alusiva ao transcurso do 15º aniversário de Brasília, lida pelo Arcebispo de Brasília, D. José Newton, em 21 de abril de 1975. **Aprovado.**

1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Transcurso do aniversário natalício do Ministro Aliomar Baleeiro. Crônica do jornalista Carlos Castello Branco, publicada no *Jornal do Brasil* de ontem, sob o título *A petulância a serviço da Justiça*.

SENADOR BENJAMIM FARAH — Homenagem de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal Ranjeri Mazzilli.

SENADOR BENEDITO FERREIRA — Considerações sobre a proposta de emenda à Constituição, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento.

SENADOR ARNON DE MELLO — Expediente recebido da Assembléia Legislativa do Estado de Alagoas, de apelo ao Ministro do Interior, no sentido da implantação de uma Coordenadoria Estadual da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco na cidade de Penedo—AL. Necrológio do Sr. Inácio Cavalcante.

SENADOR LEITE CHAVES — Sugestões ao Governo com vistas ao fortalecimento da economia cafeeira nacional. Parcelamento dos débitos atuais dos produtores de algodão do Estado do Paraná.

SENADOR AGENOR MARIA — 30º aniversário do "Dia da Vitória". Congratulações ao Governo pelo realce a ser dado nas comemorações cívicas alusivas àquela data.

1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

2 — TRANSCRIÇÃO

— Matéria constante do item nº 4 da Ordem do Dia.

3 — RETIFICAÇÃO

— Ata da 38ª Sessão, realizada em 25-4-75.

4 — CONSULTORIA JURÍDICA DO SENADO FEDERAL

— Parecer nº 15/75 (Retificação).

5 — MESA DIRETORA

6 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

7 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 43ª SESSÃO, EM 5 DE MAIO DE 1975

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 8ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. MAGALHÃES PINTO, WILSON GONÇALVES E LOURIVAL BAPTISTA

Às 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Altevir Leal — Evandro Carreira — José Esteves — José Lindoso — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — Fausto Castelo-Branco — Helvídio Nunes — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Ruy Carneiro — Wilson Campos — Luiz Cavalcante — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Ruy Santos — Eurico Rezende — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Benedito Ferreira — Itálvio Coelho — Mendes Canale — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Daniel Krieger — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — A lista de presença acusa o comparecimento de 30 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O tempo destinado aos oradores do Expediente da sessão de hoje, face à aprovação pelo Plenário do requerimento do Sr. Senador Alexandre Costa e outros Srs. Senadores, será dedicado a comemorar o **Dia das Comunicações**.

Concedo a palavra ao nobre Senador Virgílio Távora, que falará em nome da Aliança Renovadora Nacional.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (Ceará) (Em nome da ARENA, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Há cento e dez anos, em Paris reuniam-se países os mais diversos para firmar — precisamente a 17 de maio — o primeiro Tratado Telegráfico Internacional, origem da União Telegráfica Internacional.

Ultrapassando as previsões mais ousadas, os sonhos mais fantásticos de seus pioneiros, as telecomunicações são hoje um dos marcos do progresso do mundo moderno, seu desenvolvimento só encontrando símile no campo da computação.

Ao telégrafo — 1844 — sucedeu-se o telefone — 1868 — a cujo surgimento tanto está ligada a figura de D. Pedro II, para em seguida assistir o globo, entre incrédulo e assustado, ao aparecimento da telegrafia sem fio, abrindo caminho para o advento do rádio, que novos horizontes rasgou à humanidade, com sua conseqüência lógica: a radiodifusão.

Um passo avante, já nos anos de 30, a televisão e o radar, os sistemas de transmissão em alta frequência e, nos dias que correm, com o advento da era espacial, as comunicações via satélite e no cosmo deram ao homem outra noção e conceito das distâncias de dimensões físicas, com uma revolução de hábitos e costumes, inclusive nas comunidades mais afastadas da civilização.

Com este avanço avassalador da técnica no setor, de muito cresceram os encargos da UTI que, em contínua adaptação às novas missões a ela cometidas, organizou sucessivamente o Comitê Consultivo Internacional de Comunicações Telefônicas (CCIF) em 1923; o Comitê Consultivo Internacional de Comunicações Telegráficas (CCIT) em 1926; o Comitê Consultivo Internacional de

Radiocomunicações (CCIR) em 1927; transformou-se ela própria na União Internacional das Telecomunicações (UIT) e criou a Junta Internacional de Registro de Frequência (IRF) em 1947.

A ela, em posição de membro destacado, pertence o Brasil, lugar arduamente conquistado graças ao desempenho ímpar de suas comunicações estes últimos anos — os anos da Revolução de 1964.

Sr. Presidente Srs. Senadores:

Este dia mundialmente comemorado como das Comunicações, deve ser para, nós brasileiros, o da Afirmação: no passado, com a epopéia rondoniana, por tanto tempo após interrompida sua idéia mestra e, no momento, com novos instrumentos e meios modernos, continuada pelo Governo da Revolução.

Nossa reverência, neste instante, se dirige à figura do velho Marechal desbravador das selvas, cuja obra só a perspectiva do tempo permitiu aquarelar em toda sua grandeza e da qual retrato tão feliz foi feito por Carlos Drummond de Andrade, em seu "Pranto Geral dos Índios" que, muito oportunamente, a EMBRATEL fez figurar nas páginas dos principais órgãos da imprensa, ontem. Extraímo-lhe um trecho:

"Eras um dos nossos voltando à origem e trazias na mão o fio que fala e o foste estendendo até o maior segredo da mata"

A piranha, a cobra, a queixada, a maleita não te travavam o passo militar e suave

Nossas brigas eram separadas e nossos campos de mandioca marcados pelo sinal da Paz

E dos que se assustavam pendia o punho fascinado pela força de teu bem querer

O' Rondon trazias contigo o sentimento de toda terra"

Nenhum homem, nenhum mesmo, fez tanto pelas comunicações no Brasil como Cândido Mariano Rondon.

A ele nossa homenagem, que agora queremos estender à Revolução de 1964, aos homens que lhe dirigiram os destinos nos tempos iniciais, com Castello, Geisel, Campos e Bulhões à frente, os quais, com visão do futuro, indiferentes à incompreensão e à impopularidade de então, lançaram, pelas medidas à época tomadas, as bases reais para a ressurreição das comunicações no Brasil.

Dias atrás, neste Plenário, em aparte ao eloquente e preciso discurso do nobre Senador Helvídio Nunes sobre a obra da Revolução neste setor, ensejo tivemos de afirmar em resposta à pergunta por nós mesmo formulada:

"Quando V. Exª se aproxima do fim do seu magnífico discurso, gostaríamos, não de lhe apresentar congratulações, que isso já foi feito, não só pela Maioria como pela Oposição, mas de dirigir à Casa uma pergunta: como foi tudo isso possível, como se conseguiu, sem passe de mágica, sair daquele estado verdadeiramente caótico em que se encontravam as

comunicações, para este, hoje, que, se não é o ideal, já nos dá a esperança de nos alinharmos entre os países mais desenvolvidos, no setor? Respondemos: graças ao Governo da Revolução, graças à política encetada por este Governo, no setor econômico, que, voltada para o consumo, passou para o investimento; graças à coragem que teve um homem, inscrito na História do Brasil, de arrostar impopularidades, de fazer com que as taxas dos serviços públicos fossem pagas pelo justo preço, de cobrar a sobretaxa necessária — referimo-nos a Humberto de Alencar Castello Branco — graças à coragem da manutenção dessa política pelos seus sucessores. E quando, hoje, vemos a esplêndida realidade, que V. Ex^a com tanta felicidade apresentou a esta Casa, devemos dizer que, sem dúvida, a política da Revolução, no setor econômico, visando a investimentos para poder crescer, sem fazer este apoio excessivo, como viamos ao consumo com taxas de serviços públicos absurdamente subsidiadas, que não representavam a verdade, é a certa, é a justa. V. Ex^a, na tarde de hoje, dá um dos argumentos maiores para mostrarmos, sem paixão, como, realmente, dentro do modelo brasileiro, a diretriz geral está absolutamente correta: a diretriz do modelo de desenvolvimento que adotamos.”

Sr. Presidente e Srs. Senadores, não curta já é a nossa vida pública. Permitiu-nos ela estar presente a algum dos acontecimentos marcantes de nossa História nos últimos tempos e, por outro lado, testemunhar fatos e tentativas frustras por parte de Administrações as mais diversas.

Recordamo-nos dos idos de 1950 e do tão discutido Plano Postal Telegráfico a cargo do DCT e que, à conta de recursos orçamentários sem outras vinculações que não a alocação anual de maior ou menor de pecúnia, era objeto das mais violentas discussões quando da apreciação das Leis de Meios da Nação, trazendo ao espírito dos que almejavam uma grande Pátria desânimo e — por que não dizer — voltada, ante a constatação da impotência para a solução de questão cuja implicação no futuro desenvolvimento do País era óbvio.

Nós próprios, Ministros da Viação e Obras Públicas, no primeiro Gabinete Parlamentarista da República, sentimos de perto esta frustração, derivada — aí retomamos o tema inicial — da falta de condições políticas para, através de tarifas justas — muito pouco populares, tornamos a repetir — criar bases para que uma sobretaxa, necessária à obra a encetar, tivesse condição de ser realmente aplicada.

E melhor testemunho de nossa assertiva não temos que a História.

Um dos países do mundo, dos primeiros a implantar uma rede telegráfica, Srs. Senadores, assistiu o Brasil, entre resignado e atônito à completa e total estagnação dos serviços públicos de telecomunicações, até o Movimento de 1964. Embora em 1962 — e mais uma vez de nossa ação no setor, sem modéstia, muito nos envaldecemos — o Código Brasileira de Telecomunicações tivesse sido criado, prevendo o Fundo Nacional de Telecomunicação e a EMBRATEL entre outros estímulos válidos para a recuperação do setor, só em 1965, foi possível instalar esta e cobrar aquele, uma vez posta em prática a política tarifária atrás citada, sem embargo de já, desde 1963, estar aprovado o Plano Nacional de Telecomunicações.

Balizamos, como providências maiores e decisivas no Setor das Comunicações, a constituição da EMBRATEL em 1965 (já citada), a aquisição do controle da Companhia Telefônica Brasileira, até então em mãos alienígenas, a criação do Ministério das Comunicações (Decreto-lei nº 200, de 25-2-67), ainda no primeiro Período Revolucionário (gestão Castello), e a organização da TELEBRÁS — de cujo o projeto, com bastante orgulho, fomos Relator neste Congresso — já na Administração Médici, em 1972 (Lei nº 5.792).

Se à EMBRATEL, hoje tão bem capitaneada por Haroldo de Matos, coube a tarefa hercúlea da implantação do Sistema Básico de

Telecomunicações, componente essencial do Sistema Nacional de Telecomunicações (levada a efeito, no tempo recorde de quatro anos, a interligação entre todas as Capitais do País com o Sistema de Microondas (inclusive subsidiárias e associadas da TELEBRÁS hoje se estendendo por 16.900 km) do Sistema Doméstico de Comunicação Via-Satélite já implantado, da reestruturação do Sistema Nacional de Telex com ampliação prevista de 10.330 terminais em 1974, para 11.800, 16.000 e 40.420, respectivamente em 1975, 1976 e 1980, e da exploração em termos de eficiência das comunicações internacionais (da qual a construção do BRAWCAN—1 e as transmissões via-satélite são provas mais cabais), — foi lançado novo holding dos serviços de telecomunicações no Brasil — a TELEBRÁS — o desafio de dar organicidade, homogeneidade e operacionalidade a um sistema heterogêneo, constituído por mais de oitocentas concessionárias na mais variada gama de capacidade técnica e financeira, promovendo, por outro lado, a formação do pessoal especializado exigido, bem como a captação dos recursos indispensáveis a esta tarefa grandiosa e garantindo, por uniformização de encomendas, a consolidação em nosso Território da indústria dos materiais de comunicações.

Ao trabalho desses homens, Srs. Senadores, responsável maior, no momento, o General Alencastro e Silva, se deve a organização de todas as subsidiárias regionais e já a incorporação ao conjunto de cento e sessenta empresas.

Não é este discurso documento apropriado, pois o assunto já foi abordado exaustivamente pelo nobre colega Senador pelo Piauí, Helvídio Nunes, para abrigar dissertação sobre a situação grave em que se encontrava a telefônica urbana quando da criação da TELEBRÁS, da qual só agora começa a emergir.

Assinalaremos apenas que apresenta um índice de pouco menos de 2,5 aparelhos por 100 habitantes, quando a média mundial é de 8 por 100. Acrescentaremos também que em pouco tempo já muito foi feito.

Para uma demanda de 4.453 mil aparelhos em 1974 houve uma oferta de 2.776 mil unidades, já se prevendo para este ano um acréscimo desta de quase 1 milhão de telefones para um aumento de demanda de pouco mais de 530.000 unidades, esperando-se em 1979 um prático equilíbrio entre disponibilidades e necessidades (8.114 mil e 8.069 mil, respectivamente).

O Sr. Ruy Santos (Bahia) — V. Ex^a permite um aparte?

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (Ceará) — Com prazer acolhemos o aparte do nobre Senador Ruy Santos.

O Sr. Ruy Santos (Bahia) — Possivelmente é do conhecimento de V. Ex^a o fato que vou indicar e que li, recentemente, em um relatório: no fim deste ano, é provável que só uma capital brasileira — a do Acre — não esteja integrada ao sistema DDD, o que representa, para a Economia nacional — eu digo Economia, pela facilidade de comunicação — mais um grande passo.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (Ceará) — Eminentíssimo Senador Ruy Santos, o pronunciamento, atrás citado, do nosso colega Helvídio Nunes já cobriu — e com vantagens — todos os aspectos da ação do Governo no setor das comunicações. Aqui, apenas, traçando um quadro geral — como não poderíamos deixar de fazer —, estamos nos referindo àqueles aspectos mais largos que dão a moldura do retrato que queremos bosquejar.

A esta verdadeira revolução no setor das telecomunicações, dentro do renovador espírito que preside o Ministério das Comunicações — bem representado pela ação de sua Coordenação de Comunicação Social — há que assinalar o esforço na promoção e capacitação do Homem, dentro da transformação por que passou o setor Postal, sob a orientação de Botto de Barros, setor de todos o mais carente e no qual, apesar do significativo avanço constatado, somos os primeiros a reconhecer, ainda longo é o caminho a percorrer, até serem atingidos índices aceitáveis de eficiência na transmissão da comunicação escrita, cumprindo citar aqui como pontos a destacar

os Projetos Postais Grande Rio e Grande São Paulo, o de Expansão do SERCA, o de Expansão da Rede Postal e o de Construção de Centros Operacionais.

O Sistema Nacional de Transmissão de Dados, a implantação da Rede Nacional de Telégrafos, da Rede Nacional de Áudio e TV, são outras tantas realizações palpáveis dos últimos anos no Setor das Comunicações.

Tudo isso, Srs. Senadores, é motivo de justificado orgulho para nós brasileiros e momento algum mais adequado se nos afigura que este para o externar de nosso júbilo.

Sem o receio de incidirmos no pecado da repetição constante, concluíamos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, afirmando que, neste dia de exaltação ao gênio e à inteligência do homem e repleto de sentimento de paz, fraternidade e colaboração franca entre os habitantes das mais diferentes regiões, sobre ser justo, é imperioso consignar o nosso reconhecimento a todos aqueles que permitiram colocar as comunicações brasileiras no lugar que hoje desfrutam no mundo, desde o mais humilde trabalhador que, na mata cerrada, com seu esforço anônimo tornou factível a ereção das grandes antenas de tropodifusão ao mais graduado técnico responsável por esta magnífica afirmação da capacidade da engenharia pátria.

Nossos aplausos finais ao Ministro Quandt de Oliveira, que na Pasta das Comunicações confirma as qualidades técnico-administrativas tão bem postas à prova quando na direção da TELEBRÁS, e ao Primeiro Magistrado da Nação, condutor seguro de quem, em última instância, promanam as decisões básicas alimentadoras do sucesso obtido.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, reafirmamos, talvez já um pouco insistentemente: o Dia das Comunicações, para nós brasileiros, é um dia de afirmação que nos faz aumentar a confiança depositada no futuro grandioso da Pátria comum.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco, que falará em nome do Movimento Democrático Brasileiro.

O SR. ITAMAR FRANCO (Minas Gerais) (Em nome do MDB, pronuncia o seguinte discurso.) — Muito difícil, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a tarefa da qual me proponho desincumbir-me nesta tarde: substituir a fala fluente e a verve rara do ilustre Senador Lázaro Barboza, a quem competiria, em nome de meu Partido, saudar o Dia da Comunicação, tema só convenientemente abordado em um pronunciamento de profundidade.

Muito mais difícil para mim, Sr. Presidente, Srs. Senadores, se torna esta fala, após o brilhante pronunciamento do Senador Virgílio Távora.

Silentes, porém, não ficaremos, nós do MDB e, para que tal não ocorra, permiti-me alinhar alguns pensamentos que, estou certo, na sua singeleza, hão de manifestar a seriedade e o respeito com que a Oposição festeja esta data tão significativa.

Já não vivemos o tempo do silêncio. As idéias, as palavras e os gestos não velem mais na lentidão das caravelas do passado. Estamos, hoje, na era da cibernética, e aqui o MDB associa-se às comemorações deste 5 de maio, dia dedicado às comunicações.

À Comunicação devem os homens do tempo presente o encontro universal das idéias. Nosso País ombréia-se às mais importantes nações que, através do talento de seus filhos, contribuíram para a pesquisa e descoberta dos diversos meios de comunicação social proporcionados à Humanidade.

Cumpra aqui lembrar a figura heróica do grande Marechal Rondon, ilustre patrono da Comunicação Nacional, pois foi em razão de uma luta árdua e constante que os mais longínquos rincões do Território Nacional se beneficiam hoje com os meios de comunicação social.

Nossa homenagem se estende, justa e conscientemente, ao incomensurável trabalho da Empresa Brasileira de Correios e Telé-

grafos, que, nas últimas décadas, vem assumindo seu papel na civilização brasileira, com a ampliação, modernização e melhor capacitação de seus serviços, para hoje, constituir-se em sentinela avançada do intercâmbio de nossa gente. E estendemos nossos aplausos aos radioamadores que em suas vigílias cívicas, traçam no céu, contornos de solidariedade comunitária.

A Radiodifusão prestou, no passado, como presta no presente, os mais relevantes serviços à política de unificação nacional, levando a todas as regiões do País a cultura, a educação e a informação.

A simples título de exemplificação, seria interessante recordarmos o que se previa — há cinquenta anos — sobre a evolução da técnica. Um manual científico da época especulava sobre o futuro da radiotelegrafia e afirmava as seguintes previsões para o final deste século:

O sistema de relay radiotelefônico se desenvolverá até o ponto em que um programa poderá ser transmitido por toda a superfície dos Estados Unidos e captado na Europa;

As campanhas eleitorais utilizarão o rádio e cobrirão todos os países;

A teoria exata do detector de cristal será descoberta e dará lugar à produção de novos cristais;

A exploração das camadas superiores da atmosfera revelará novos dados à Camada de Heaviside e facilitará a explicação exata do Fading Effect e as comunicações a grande distância;

As ondas emitidas pelos tecidos nervosos vivos serão reveladas por aparelhos radioelétricos, abrindo assim um novo campo de investigação médico-fisiológica;

Assistiremos a uma transmissão comercial de radiotelevisão e um receptor de imagens poderá ser facilmente construído por um radioamador.

Estas previsões, quase fantasistas em 1924, não estão apenas confirmadas; elas foram inteiramente superadas, face ao vertiginoso avanço da ciência e da tecnologia.

E o último quartel do Século parece caracterizar-se pela crescente introdução da técnica na vida cotidiana. Henri Lefebvre, um dos maiores sociólogos franceses da atualidade, observou corretamente este processo de interação entre o desenvolvimento da tecnologia e a vida social. É dele a proposta que todos devemos aceitar como um grande desafio: "investir maciçamente na técnica a serviço da vida cotidiana de todos os homens".

Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Se abolirmos do mundo os meios de comunicação, ele regridirá de centenas de anos. O século XX, o século industrial, o século tecnológico, o século científico, o século das massas, o século cultural, o século, apesar de tudo, humanista, não teria condições de existência sem os jornais e sem as emissoras de rádio e de televisão.

Nunca o mundo viveu tão confortavelmente, porque no século XX se formou a sociedade de consumo. Mas esta só é possível porque a propaganda a gerou e a incentiva.

Nunca houve um tão vasto intercâmbio de idéias e de teses científicas e tecnológicas, graças à velocidade com que elas são divulgadas. Os próprios segredos, como os atômicos, têm curta duração, pois a notícia de que uma descoberta foi feita gera a intensificação das pesquisas por outros técnicos e por outros cientistas.

Nunca o mundo foi tão humano, nem teve tanto espírito de solidariedade, pois que o que um povo sofre na Ásia repercute, instantaneamente, no sentimento de seus antípodas. Uma coroação majestática ou uma hecatombe são do conhecimento imediato de todo o mundo, permitindo que cada ente humano viva as alegrias e as tristezas da Humanidade.

Permito-me, agora, ler um estudo do jovem Richard Kostelanetz, considerado o homem da primeira geração eletrônica, quando se refere a um trabalho de McLuhan. Assim diz Richard Kostelanetz

"Os veículos eletrônicos provocam mudanças radicais na distribuição da consciência sensorial."

E, lembrando McLuhan, diz ele o que este denomina "razões sensoriais"

Um quadro ou um livro nos impressiona através de um sentido apenas, o da visão; o cinema e a televisão nos atingem não apenas através da vista, senão também dos ouvidos. Os novos veículos nos envolvem, reclamando nossa participação. McLuhan acredita que essa existência multissensorial está ocasionando um retorno à ênfase do homem primitivo sobre o sentido do tato, que ele considera o sentido primário, "porque consiste em uma reunião dos sentidos". Do ponto de vista político, acha ele que os novos meios de comunicação estão fazendo do mundo "uma aldeia global" em que todos os confins da-Terra estão em contato imediato uns com os outros e promovendo uma "nova vida tribal" para a humanidade. "Qualquer lanchonete de estrada de rodagem, com seu aparelho de televisão, seus jornais e revistas, é tão cosmopolita quanto Nova Iorque ou Paris".

Em seu grande esquema de desenvolvimento histórico, McLuhan vê quatro grandes estágios: 1) totalmente verbal, tribalismo pré-alfabetizado; 2) a codificação por alfabeto que surgiu depois de Homero na Grécia antiga e durou 2.000 anos; 3) a era da imprensa, mais ou menos de 1500 a 1900; e 4) a era dos meios eletrônicos, de 1900 aos nossos dias.

O Sr. Roberto Saturnino (Rio de Janeiro) — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO (Minas Gerais) — Com prazer, nobre Senador.

O Sr. Roberto Saturnino (Rio de Janeiro) — Já que V. Ex^a, no seu brilhante discurso, chama a atenção para o significado dos novos meios de comunicação — cinema e televisão — não poderíamos nós, da Oposição, ficar sem uma palavra de chamada ao Governo, em relação aos seus formidáveis efeitos, no comportamento humano. E o que estamos notando é, exatamente, uma falta de atenção do Governo para com o desenvolvimento desses meios de comunicação no País. No que concerne à televisão, já tive oportunidade de chamar a atenção; neste plenário, para a inexistência de canais de televisão do Governo de significado cultural, nas principais cidades do País, coisa que existe em quase todos os países civilizados do mundo, para aproveitar esse extraordinário meio de divulgação cultural, que é a televisão, e para elevar a média do conteúdo cultura dos programas que habitualmente são oferecidos às populações urbanas brasileiras. Nós não compreendemos a inércia do Governo neste campo, em não tomar uma iniciativa que não só venha ao encontro de uma aspiração de enormes camadas da população brasileira, mas também do bom senso, do consenso nacional que, exatamente, pede a existência desses canais nas grandes cidades brasileiras. Quanto ao cinema, o que se nota, além do exercício da censura, é a falta de apoio, principalmente econômico, ao desenvolvimento dessa indústria. Recentemente, o BNDE lançou o programa PROLIVRO muito interessante, de apoio à indústria editorial, que mereceu aplausos de todos os lados. Por que não estender este apoio financiando a indústria do cinema, para desenvolvê-la, o que viria ao encontro de vantagens de todos os lados, seja do desenvolvimento industrial, seja do desenvolvimento artístico e cultural do País? Já temos capacidade criativa, artística e industrial, para desenvolver uma grande indústria cinematográfica brasileira. O que está flatando é apoio econômico, é apoio financeiro; e isto poderia ser suprido pelo Governo. Aproveito o brilhante discurso de V. Ex^a para inserir estes comentários, a respeito desses pontos que considero essenciais, o desenvolvimento desses dois meios mais modernos de comunicação, a televisão e o cinema, no Brasil.

O SR. ITAMAR FRANCO (Minas Gerais) — Muito obrigado a V. Ex^a e é com muito prazer que anexo suas palavras ao discurso que profiro, nesta tarde, em nome da Liderança do Movimento Democrático Brasileiro.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Os estudos de McLuhan sobre os veículos de comunicação individuais situam-se muito além das lamúrias de críticos sérios, que em sua maioria lamentam o conteúdo dos referidos meios, argumentando geralmente que, se a televisão recebesse melhor tratamento ou abordasse temas mais inteligentes, maior seria sua contribuição para a cultura. McLuhan faz ver que, ao invés disso, devemos pensar mais no caráter e na forma dos novos veículos.

O Senador Roberto Saturnino chamou, exatamente, a atenção para este aspecto.

Os termos "quente" e "frio" são também por ele aplicados a experiências e pessoas; e, continuando em sua distinção, faz ver que enquanto um veículo quente favorece um intérprete dotado de uma presença fortemente individualizada, o veículo frio prefere pessoas mais calmas, "mais frias". Enquanto o rádio requer uma voz extremamente peculiar, que imediatamente se identifica, a televisão favorece pessoas de definição tão baixa, que parecem positivamente comuns. Isso explica a razão pela qual as personalidades mais delicadas contam com êxito maior na televisão. "Não foi por mero acaso que o Senador McCarthy durou tão pouco ao se voltar para a TV" — diz McLuhan. "A TV é um veículo de divulgação frio. Repele personalidades quentes como o Senador McCarthy e pessoas oriundas dos veículos quentes. Se a televisão tivesse existido em grande escala durante o domínio de Hitler, ele teria desaparecido rapidamente."

O Sr. Leite Chaves (Paraná) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO (Minas Gerais) — Com prazer, nobre Senador Leite Chaves.

O Sr. Leite Chaves (Paraná) — Senador, associamo-nos à homenagem, hoje prestada, mas para que a Casa volte as vistas para fatos recentes, de extrema importância mundial, que não teriam ocorrido — pelo menos nas circunstâncias atuais — se não houvesse a televisão, quero referir-me ao episódio último da Guerra do Vietname. Há anos atrás, estive nos Estados Unidos. Sentia-se nas novas gerações uma relativa indiferença ao comportamento americano em relação à Guerra do Vietname; tempos depois, encontramos todo um povo alevantado, opondo-se ao governo, resistindo à guerra, proclamando, inclusive, a sua inutilidade. Era a televisão. Eram as mães de família que, às vezes, viam na própria televisão, no próprio vídeo, a morte de seus filhos. E, de fato, ainda que se coloque de parte a grande resistência, a admirável resistência do povo do Vietname na defesa da sua soberania, é de se admitir a visão extraordinária de Ho Chim Minh quando dizia que a guerra haveria de ser ganha dentro dos Estados Unidos. E, de fato, o foi. Aquela guerra poderia ser muito mais prolongada, muito mais cruel, não fora a televisão. Hoje, com esses meios extraordinários de difusão, bastando que eles difundam a verdade, as guerras e as suas crueldades ficarão mais perto das populações e, dificilmente, governantes ou homens responsáveis pelo destino de um povo admitirão fazer guerras, sem que antes pensem na possibilidade de serem de imediato, julgados pelo povo que representam.

Por essa razão, a homenagem prestada por esta alta Casa do Parlamento a esse meio de comunicação é justa. Através dele os homens aproximam-se mais. Recentemente tivemos uma demonstração afetiva de como os meios de comunicação podem concorrer para a obtenção da paz, ainda que divulguem as verdades, os fatos, ou mesmo a crueldade ilógica da guerra.

O SR. ITAMAR FRANCO (Minas Gerais) — Muito obrigado, Senador Leite Chaves.

O Sr. Ruy Santos (Bahia) — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO (Minas Gerais) — Com prazer.

O Sr. Ruy Santos (Bahia) — *Espero, agora, ao pedir o aparte, que outro eminente companheiro do MDB não o utilize.*

O SR. ITAMAR FRANCO (Minas Gerais) — Lamento, Senador Ruy Santos, que tivesse, antes, atendido o Senador Leite Chaves porquanto não ouvi seu pedido de aparte.

O Sr. Ruy Santos (Bahia) — *Mas foi com muito prazer que ouvi o aparte do nobre Senador Leite Chaves. Eu queria dizer a V. Ex^a solidário em parte com o que foi dito pelo nobre Senador Roberto Saturnino, que realmente, há necessidade de se melhorar os programas de televisão no Brasil, embora já tenham melhorado muito no que toca, por exemplo, aos jornais. Vimos, praticamente poucas horas depois de ocorrido, o ato da renúncia de Nixon e, isto sem falar na chegada do homem à lua. Vimos, ainda há poucos dias, horas depois, a queda de um helicóptero que transportava refugiados de Saigon. É a força da comunicação e a boa utilização da televisão brasileira nos seus programas de noticiário, que estão hoje cobrindo, praticamente, todo o território nacional. Mas o Governo já conseguiu, interferindo discretamente, para não cair naquele outro setor da violação ou da censura, acabar com os chamados "programas de apelação" na linguagem vulgar, em que se abusavam de certos fatos para impressionar, embora tendendo ao gosto de determinado paladar doentio. A televisão brasileira já melhorou muito e acredito que melhora ainda mais, mas a verdade é que, hoje, ela já é um fator que pode contribuir decisivamente para a educação do povo brasileiro. Pena que aqui e ali ainda apareçam programas em que se abusa propositadamente dos erros de Português, do mau gosto no falar, com isso contribuindo para deseducar a criança ou o adolescente, que são os ouvintes privilegiados da televisão, mais do que nós — e não digo eu, porque sou ouvinte também e me considero até certo ponto um adolescente, sob esse aspecto. Os programas de televisão devem corrigir esses defeitos. Não há vantagem alguma em estar inoculando na população vícios de linguagem, que, em vez de melhorar o pronunciamento e a comunicabilidade, venham deturpá-los. Mas a televisão brasileira tem melhorado muito e os seus programas, acredito, estão à altura dos bons programas dos grandes centros culturais do mundo.*

O SR. ITAMAR FRANCO (Minas Gerais) — Muito obrigado a V. Ex^a pelo aparte. Nós também concordamos em que a televisão brasileira já alcançou um alto estágio tecnológico.

O Sr. Gilvan Rocha (Sergipe) — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO (Minas Gerais) — Com muito prazer, Senador Gilvan Rocha.

O Sr. Gilvan Rocha (Sergipe) — No Dia da Comunicação, não se pode deixar de lembrar a este País o regime de censura prévia que alguns setores de comunicação ainda estão a receber neste Governo, apesar dos avanços que todos constatamos em alguns órgãos da imprensa. A censura é, aliás, a anticomunicação, pois é um cerceamento do livre transporte da notícia e das idéias, além de ser, na era das comunicações instantâneas, medida pouco inteligente. Acho, portanto, que no dia em que se comemora a comunicação dos povos, seria de bom alvitre que o Governo prosseguisse na sua campanha de dar total liberdade aos órgãos de informação e que estendesse para alguns órgãos da imprensa de nosso País o regime de liberalidade que já deu a alguns outros.

O SR. ITAMAR FRANCO (Minas Gerais) — Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Gilvan Rocha. V. Ex^a tem toda a razão e no final desta nossa oração fazemos também esse apelo.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, as idéias de McLuhan vêm-se constantemente em confronto com a grande questão moderna de ser a tecnologia benéfica ao homem. Muitos homens de pensamento têm sustentado, por um lado, que a tecnologia suprime o sangue da vida, desumanizando o espírito e divorciando da natureza a existência. Em maior número, pensadores materialistas, por outro lado, defendem a

máquina, por aliviar o ônus do homem, oferecendo facilidades desejáveis a preços razoáveis.

McLuhan adota a idéia de Ralph Emerson, quando diz que todos os instrumentos e engenhos da terra não passam de um prolongamento dos membros e sentidos do homem. Assim como a pá é essencialmente o prolongado das mãos, o telefone é um prolongamento do ouvido e da voz. A televisão estende nossos olhos e ouvidos a lugares distantes.

Nossos olhos e ouvidos viram e ouviram os funerais de John Kennedy, por exemplo, mas nossos corpos permaneceram em casa.

Como prolongamentos, os novos meios de divulgação oferecem, ao mesmo tempo, recursos e ameaças pois, se por um lado, ampliam o raio de ação do homem sobre a sua existência, por outro, podem também ampliar o raio de ação da sociedade sobre ele, com fins de exploração e de domínio.

O Sr. Evandro Carreira (Amazonas) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO (Minas Gerais) — Com prazer.

O Sr. Evandro Carreira (Amazonas) — Nobre Senador, neste dia profundamente significativo, quando se comemora o Dia das Comunicações, nós ouvimos com toda a atenção a versatilidade de todos os apartes de V. Ex^a, que, numa polimatia, num espectro muito grande, abrangeu vários setores do processo de comunicações, assim como o versátil e nobre Senador Virgílio Távora, e todos os demais apartes. Não entanto, parece-me, que esquecemos de queimar a mirra e o incenso a um fato que ocorreu, talvez, há muitos milênios, a um ancestral primevo do homem: aquele proto-homem que articulou, pela primeira vez, uma interjeição, dando o primeiro passo para as comunicações, para a verdadeira e autêntica comunicação, que é a linguagem. Esquecemos de reverenciar este ancestral que começou a grande marcha do fenômeno da comunicação. Foi ele que estabeleceu o ilapso entre o passado e o presente, quando criou a linguagem, a palavra falada, escrita ou mímica, e pôde, através desse liame, transferir a herança social e cultural, a cultura dos homens, a experiência das gerações anteriores às que se sucediam e, assim, criar este grande patrimônio que é a herança cultural do homem. Esquecemos este proto-homem. E faço questão, peço com humildade que V. Ex^a insira na sua oração uma referência a este ser, a este ancestral que possibilitou a passagem de *homo faber* para o *homo loquens* que transformou o *toolmaking animal* de Benjamin Franklin no *timefinder* da atualidade. Peço com humildade que V. Ex^a insira na sua oração esta referência ao homem que pronunciou a primeira interjeição, a primeira palavra falada.

O SR. ITAMAR FRANCO (Minas Gerais) — Muito obrigado, Senador Evandro Carreira. Veja V. Ex^a a minha felicidade; antes de terminar a minha oração, posso receber tão substancial e oportuno aparte do ilustre Senador. Estamos certos de que a homenagem a este proto-homem melhor será prestada na minha oração, com a intervenção brilhante de V. Ex^a. Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Brasil vive a era da Comunicação. Os últimos governos implantaram — forçoso é reconhecer, e a Oposição o reconhece, aqui, nesta tarde — uma infra-estrutura sólida, que vai desde a melhoria do funcionamento dos Correios e Telégrafos até a sofisticada tecnologia das microondas e dos satélites artificiais. Forçoso é constatar e — de justiça, sobretudo, reconhecer — que a iniciativa privada corresponde a esse esforço governamental. As redes de emissoras e televisão que cobrem o território nacional. São o exemplo disso. Os jornais, que apesar da censura — aqui já lembrada pelo Senador Gilvan Rocha — sobreviveram e se expandiram heroicamente, embora alguns tenham sucumbido, são uma prova. Neste dia em que comemoramos o Dia das Comunicações, e lembramos a gigantesca personalidade do Marechal Rondon, não podemos deixar sem destaque as empresas e os homens que se dedicam a cada vez mais sensível tarefa de bem informar.

O Sr. Benedito Ferreira (Goiás) — Permite V. Ex^a uma observação?

O SR. ITAMAR FRANCO (Minas Gerais) — Com muito prazer.

O Sr. Benedito Ferreira (Goiás) — Inicialmente, devo congratular-me com V. Ex^a, pela oportunidade, pela serenidade, com que analisa as Comunicações, de um modo geral. Mas, embora ligado de certa forma à Imprensa, e contrário à censura policial, estou convicto de que deveria haver da parte de todos nós, e de maneira especial, daqueles que laboram nas redações dos jornais, das revistas, enfim de todos os meios de comunicação de massa, um autopolicia-mento. Veja V. Ex^a o que deparamos nos jornais de hoje. Neste jornal que tanto serviço, não há como negar, tem prestado à comunidade de Brasília, e a todos aqueles lugares onde esse jornal chega, aqui está na página interna, na coluna de "Destaques", com clichê e com manchete: "Alex e Suas Nove Esposas". A publicidade do escândalo, a homenagem à imoralidade! No canto da outra página, o que deveria receber manchete bem mais destacada e talvez um clichê mais saliente, dão uma notícia que, talvez se prestasse para combater os efeitos danosos dessa promoção lesiva aos bons costumes de nossa Pátria. Trata-se da hoje tristemente famosa Heddy Lamar, aquela que exibiu seu corpo nos filmes para faturar dinheiro, que está agora na condição de mendiga, nos Estados Unidos, pobre, velha e abandonada. Vê V. Ex^a, que, entendendo danosa a censura policial, aproveito, no entanto, esta oportunidade para concitar os homens de imprensa, os homens responsáveis pela formação da boa opinião pública nacional, para que, por misericórdia, tenham pena de nossos filhos, e dos herdeiros desta sofrida Pátria, e não façam mais promoção do escândalo, como este triste exemplo que aqui temos a salientar no Dia da Comunicação. Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. ITAMAR FRANCO (Minas Gerais) — Eu que agradeço a V. Ex^a o aparte.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, assistimos, com prazer de democrata, ao início da descompressão da censura que avilta e cerceia a liberdade de pensamento. Que este pronunciamento, nesta tarde, tenha, pelo menos, o sentido de incrementar a marcha rumo à uma consciente e responsável fraquia da censura à Imprensa.

Termino, Sr. Presidente, Srs. Senadores, ainda com o pensamento de McLuhan: "Não lemos jornais; entramos neles todas as manhãs, como num banho quente". E teremos a acrescentar; além dos jornais da manhã, da tarde e da noite, a comunicação pelo rádio e pela televisão altera a temperatura-ambiente de nossa vida, quer estejamos no lar, no automóvel, no trabalho ou no lazer. A comunicação pauta a nossa vida e influi nas nossas decisões. Como ninguém, nós, políticos, disso sabemos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — A Presidência associa-se às homenagens prestadas ao Dia das Comunicações e a todos quantos colaboraram para o seu desenvolvimento tecnológico no nosso País.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Mauro Benevides — Arnon de Mello — Heitor Dias — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — João Calmon — Benjamim Farah — Danton Jobim — Orestes Quércia — Lázaro Barboza — Osires Teixeira — Lenoir Vargas — Otair Becker.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — O Sr. 1^o-Secretário vai proceder à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

PARECER

PARECER Nº 55, DE 1975
Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Resolução nº 10, de 1975.

Relator: Senador Virgílio Távora

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 10, de 1975, que suspende, por inconstitucionalidade, a execução do § 4º do art. 51 da Emenda Constitucional nº 4, de 30 de outubro de 1969, do antigo Estado da Guanabara.

Sala das Comissões, em 5 de maio de 1975. — Renato Franco, Presidente — Virgílio Távora, Relator — Mendes Canale.

ANEXO AO PARECER Nº 55, DE 1975

Redação final do Projeto de Resolução nº 10, de 1975.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VII, da Constituição, e eu, _____, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº _____, DE 1975

Suspende, por inconstitucionalidade, a execução do § 4º do art. 51 da Emenda Constitucional nº 4, de 30 de outubro de 1969, do antigo Estado da Guanabara.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, proferida em 5 de dezembro de 1974, nos autos da Representação nº 915, do antigo Estado da Guanabara, a execução do § 4º do art. 51 da Emenda Constitucional nº 4, de 30 de outubro de 1969, daquele Estado.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — O Expediente lido vai à publicação. (Pausa.)

Com vistas à leitura e demais providências necessárias à tramitação das Propostas de Emenda à Constituição nºs 8 e 10, de 1975, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às dezoito horas e trinta minutos, no plenário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — A Presidência recebeu a Mensagem nº 91, de 1975 (nº 124/75, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República, nos termos do disposto no art. 42, item VI, da Constituição, submete ao Senado proposta do Sr. Ministro de Estado da Fazenda para que seja levantada a proibição contida na Resolução 58/68 desta Casa, a fim de que a Prefeitura Municipal de Sananduva (RS) possa elevar em Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, e possa contratar empréstimo junto à Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul, destinado à conclusão das obras de construção do novo prédio daquela Prefeitura.

A matéria será despachada às Comissões de Economia e de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Esgotada a hora destinada ao Expediente, passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 69, de 1975, do Senhor Senador Vasconcelos Torres, solicitando o

desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 90, de 1974, de sua autoria, que dispõe sobre troco obrigatório, e dá outras providências.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

A matéria referente ao requerimento que acaba de ser aprovado, terá tramitação normal.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Item 2:

Votação, em turno único do Requerimento nº 70, de 1975, do Senhor Senador Vasconcelos Torres, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 94, de 1974, de sua autoria, que dispõe sobre os Direitos da Mulher e altera o art. 248 do Código Civil Brasileiro.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

A matéria referente ao requerimento que acaba de ser aprovado, terá tramitação normal.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Item 3:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 71, de 1975, do Senhor Senador Vasconcelos Torres, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 131, de 1974, de sua autoria, que disciplina grafia e uso de siglas e abreviaturas.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria pertinente ao requerimento que acaba de ser aprovado continuará a tramitar normalmente.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Item 4:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 167, de 1975, de autoria do Sr. Senador Mauro Benevides, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, da oração gratulatória do Eminentíssimo Cardeal D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, alusiva ao transcurso do 15º Aniversário de Brasília, lida pelo Arcebispo de Brasília, Dom José Newton, em 21 de abril de 1975.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será feita a transcrição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos para esta oportunidade.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (Sergipe) (Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Aniversaria hoje o Ministro Aliomar Baleeiro. Completá 70 anos de uma vida laboriosa e fértil, durante a qual se mostrou, sempre, homem de luta mas, sobretudo, de coração e espírito.

Hoje, o Ministro Aliomar Baleeiro se despediria do Supremo Tribunal Federal, não fora acometido por doença que o retém, ainda agora, no leito.

Sobre o grande Ministro discursaram há dias, nesta Casa, os nobres Senadores Ruy Santos, Henrique de La Rocque e Paulo Brossard. Através de apertes quase todos os Srs. Senadores se mani-

festaram, em uníssona exaltação à notável figura do professor, político e magistrado que foi o Ministro Aliomar Baleeiro.

A doença encurtou sua permanência no Supremo Tribunal Federal de algumas semanas, conforme por ele mesmo observado em carta que entregou ao Ministro Djaci Falcão, Presidente daquela Alta Corte, nos seguintes termos:

“Queridíssimos juízes: Decisão do Corpo Médico do STF, na presença do Presidente Djaci Falcão, ontem (a carta está datada de 18 de abril, mas entregue há poucos dias) afastou-me inexoravelmente do serviço pelo advento de aguda insuficiência coronária. Isso encurtou as três semanas que poriam ponto final, por imperativo da lei, à minha carreira de magistrado.

“O choque foi súbito e estonteador.

“Aceitei sempre os designios do Destino, mas não eu pude forrar do impacto brutal da separação antecipada: os colegas faziam grande parte da minha vida e são esse acervo de amizade sem o qual não se concebe a vida entre homens de coração e espírito. Quero exprimir a todos os companheiros com a mais intensa emoção o quanto me vai n’alma nesta despedida que lhes envio, agradecido pelo muito de felicidade que me outorgaram nesses anos de convívio diário. Do velho Aliomar Baleeiro.”

Sr. Presidente, a despeito das homenagens já prestadas nesta Casa ao Ministro Aliomar Baleeiro, com as quais me solidarizei, não poderia deixar de registrar, desta tribuna, o 70º aniversário de um homem que tanto soube servir ao Brasil, na cátedra, na política e na magistratura. E que soube ser, acima de tudo, amigo.

O Sr. Benjamim Farah (Rio de Janeiro) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (Sergipe) — Com muito prazer, eminente Senador Benjamim Farah.

O Sr. Benjamim Farah (Rio de Janeiro) — Dou a V. Exª também a minha solidariedade a essa homenagem ao Ministro Aliomar Baleeiro. Sempre nutri, e continuo nutrindo por ele o maior respeito e admiração pela sua inteligência, cultura e sobretudo pela sua combatividade. Ele foi nosso companheiro na Câmara Federal, onde nos acostumamos a admirar o seu espírito de luta e, sobretudo, a sua competência e honestidade. Por isso, no momento em que V. Exª está expressando sinceras homenagens àquele grande homem, não posso ficar indiferente: dou inteira solidariedade a V. Exª pelo seu oportuno discurso.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (Sergipe) — Sou muito grato a V. Exª, eminente Senador Benjamim Farah, por esse depoimento que muito enriquece o meu discurso.

Acredito que, neste momento, não poderia prestar melhor e mais justa homenagem ao Ministro Aliomar Baleeiro do que requerer, como o faço, nos termos regimentais, seja incorporada a estas minhas palavras a crônica publicada no *Jornal do Brasil*, de ontem, de autoria do grande jornalista Carlos Castello Branco.

“A petulância a serviço da Justiça”, é o título da crônica, escrita por um repórter político que participou da vida política brasileira desde a redemocratização de 45 e dela continua a participar, tendo tido sempre excelente convívio com Aliomar Baleeiro. A crônica é uma rápida, magistral e justa apreciação do que foi e é Aliomar Baleeiro, quer quando Deputado Federal, quer quando membro da nossa mais Alta Corte de Justiça.

O Sr. Arnon de Mello (Alagoas) — V. Exª dá licença para um aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (Sergipe) — Com muito prazer, eminente Senador Arnon de Mello.

O Sr. Arnon de Mello (Alagoas) — Meu caro Senador Lourival Baptista, lamentei muito não me ter incluído no elenco de Senadores

que apartearam os oradores que aqui já se pronunciaram sobre o Ministro Aliomar Baleeiro, hoje aposentado do Supremo Tribunal Federal. Perdeu a nossa mais Alta Corte de Justiça, nestes últimos tempos, três grandes Ministros: Luiz Gallotti, eminente figura de juiz; Oswaldo Trigueiro, este ano, outra grande figura de juiz; e agora Aliomar Baleeiro. Recordo bem quando o Marechal Castello Branco o escolheu para Ministro do Supremo Tribunal Federal. Era ele um dos Deputados mais atuantes, mais vibrantes e mais entusiastas na defesa da liberdade e da democracia. Seu temperamento, para muitos, não se ajustava à condição de juiz, mas ele foi para o Supremo Tribunal Federal, que presidiu, e ali se revelou um juiz de excepcionais qualidades que toda a nação reverencia. Solidarizo-me às justas homenagens prestadas pelo Congresso Nacional a Aliomar Baleeiro, ressaltando minha gratidão, como brasileiro, pelos seus grandes serviços a este País, no Congresso Nacional e no Supremo Tribunal Federal.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (Sergipe) — Sou muito grato a V. Ex^a eminente Senador Arnon de Mello, pelo aparte que muito enriquece o pronunciamento que faço na tarde de hoje homenageando o Ministro Aliomar Baleeiro.

O Sr. Benedito Ferreira (Goiás) — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (Sergipe) — Com imenso prazer, Senador Benedito Ferreira.

O Sr. Benedito Ferreira (Goiás) — Eu não poderia, nobre Senador Lourival Baptista, perder a oportunidade de fazer com que V. Ex^a, generosamente, inserisse no seu pronunciamento uma palavra minha a respeito do ilustre baiano, talvez representante de uma raça extinta de homens públicos, como foi e tem sido o homenageado. Gostaria de ressaltar, entre os muitos méritos e grandes serviços prestados por S. Ex^a ao País, um que me parece passou despercebido àqueles que tiveram o privilégio de apartear V. Ex^a: a condição extraordinária, do extraordinário Aliomar Baleeiro, de professor, em que foi não só instrutor mas, sobretudo, aquele tipo de Professor que instrui e educa. Tenho uma filha que é uma das privilegiadas que muito puderam aprender com S. Ex^a, e tal a influência benéfica exercida por Aliomar Baleeiro, na cátedra, sobre seus discípulos, que cada vez mais eu me felicito por ter tido, de origem, no partido em que iniciei na vida pública, o privilégio de catalogar-me entre homens como Aliomar Baleeiro, sobretudo por ter uma filha que desfrutou o raro privilégio, que me envaidece, de ter sido uma de suas discípulas. Isto tem me permitido, sempre que com ela trato do assunto, dizer-lhe da responsabilidade que ela assumiu em sendo sua aluna, pois Aliomar Baleeiro, como professor, sempre transformou cada um de seus alunos em discípulos, logo, o seguidor da seriedade e da responsabilidade. Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (Sergipe) — Sou muito grato a V. Ex^a, Senador Benedito Ferreira, pelo aparte com que honra o pronunciamento que faço na tarde de hoje.

Com a transcrição que solicitamos, da crônica de Carlos Castello Branco, Sr. Presidente, prestamos mais uma homenagem ao Ministro que hoje completa 70 anos de idade e que, por imperativo da lei, encerra sua carreira de magistrado, ao qual estou ligado por velha amizade, que o tempo só tem confirmado e fortalecido! (**Muito bem!**)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO:

"COLUNA DO CASTELLO"

A PETULÂNCIA A SERVIÇO DA JUSTIÇA

Brasília — A doença da qual convalesce o Ministro Aliomar Baleeiro impedirá que a Nação o ouça amanhã, que seria seu discurso de despedida como Ministro do Supremo Tribu-

nal Federal. É uma pena que não tenhamos nessa oportunidade o depoimento do homem que nos últimos anos encarnou a tradição de bravura, honestidade, isenção, cultura e inteligência da magistratura brasileira. Sua voz oracular faria bem a uma nação necessitada de manifestações impessoais e de análises esclarecedoras sobre seu presente e seu futuro.

Em todas as épocas o Supremo Tribunal tem tido alguém que o represente na sua expressão mais elevada. Depois de alterada sua composição pelos Governos oriundos do Movimento de Março de 1964, o Sr. Aliomar Baleeiro foi se afirmando como o líder de uma corporação, na qual a elevada categoria do seus membros parece, em princípio, excluir atitudes de liderança. No entanto, quem a expressava nas manifestações de independência e na altivez de atitudes inerentes a uma Suprema Corte era, sem dúvida, o Ministro Aliomar Baleeiro, que ali chegou, vindo da política e da cátedra, mas sobretudo senhor de um espírito cívico e de uma experiência de vida pública que o alteravam entre seus pares. Ele conviveu no Supremo com grandes figuras, de origem idêntica à sua ou com origem nas duras lides dos tribunais. Todos, no entanto, lhe reconhecerão o primado num período extremamente difícil para a afirmação da autonomia dos Poderes da República.

De 1946 e por todo o regime da Constituição de 1946, foi o Sr. Aliomar Baleeiro um Deputado exemplar pela competência, pela compostura moral e pela coerência de atitudes. Poucos o terão igualado no exercício do mandato parlamentar. Na Câmara Federal, no entanto, o que o distinguia era o feitio agressivo e a coragem com que enfrentava todas as situações. Deixou ele no Palácio Tiradentes e depois em Brasília um extenso folclore que assinala a passagem pelo Legislativo de um parlamentar dedicado à sua tarefa, mas sobretudo apto a usar a tribuna da Oposição como o mais cáustico e o mais rude orador da sua geração. Ninguém com o dom de irritar e desmoralizar adversários e de constranger correligionários, no recurso a formas quase toscas de expressão e de interpelação, quanto o Deputado baiano, a quem não se deu na Câmara outra oportunidade que não as criadas por ele próprio. Nunca lhe atribuíram a liderança da UDN, mesmo quando ostensivamente era o Deputado mais representativo do espírito udenista.

Seu trabalho construtivo começaria, porém, desde a Constituinte, quando fez parte da Grande Comissão Constitucional e se afirmou na Comissão de Finanças, então incumbida da elaboração orçamentária, onde deu sua contribuição de especialista em Direito Público, principalmente em Direito Tributário. Tinha o gosto do trabalho, como evidenciou ainda na sua passagem pela Secretaria de Fazenda da Bahia, no Governo de Juraci Magalhães, mas tinha sobretudo despreendimento para identificar e promover na vida pública pessoas que considerava especialmente aptas a ascender a elevadas posições. Desde o princípio da sua carreira parlamentar, uniu-se ao seu companheiro de Minas, hoje Ministro Bilac Pinto, a quem considerava preparado para ocupar o Governo do seu Estado e a Presidência da República. A jovens repórteres ele recomendava então: "Precisamos engordar o Bilac". Outro de seus companheiros de lutas foi Adauto Cardoso, que chegaria com ele ao Supremo e cujo gesto de renúncia reverenciou até mesmo em atitudes irreverentes.

Sua vocação parlamentar predominava sobre sua vocação administrativa ou propriamente política. Em duas campanhas ele se distinguiu especialmente: na denúncia do "Mar de Lama" que envolveu o final do Governo de Getúlio Vargas e no combate ao Ministro da Fazenda do Governo Kubitschek, José Maria de Alkmin. Em ambas as oportuni-

dades ele não hesitou em formular acusações ou em manifestar dúvidas e perplexidades que geravam tensões extremas. Mas não é do parlamentar que se pretende falar agora, quando, ao chegar aos 70 anos deixa ele o Supremo Tribunal Federal, mas do magistrado, que incorporou às virtudes tradicionais que distinguem os membros dessa Corte a impavidez serena, embora irreverente, de quem não recua diante de suas responsabilidades, quaisquer que sejam.

Estando altamente preparado para o desempenho da função, foi a petulância o sal com que animou o desempenho de um cargo exercido em meio a pressões ostensivas. Algumas vezes, tal como acontecera no exercício do mandato parlamentar, terá ele ferido companheiros. Sua intenção, contudo, era sempre afirmar um grau de independência inerente ao bom desempenho do cargo de juiz da mais alta Corte de Justiça. Erudito, ele conhece o funcionamento da Justiça nos países ocidentais, sobretudo nos Estados Unidos, em cuja Corte Suprema encontrou o modelo que lamenta não ter sido totalmente seguido na tradição brasileira. Ele foi entre nós, porém, o perfeito Mr. Justice norte-americano, temperado pela bonomia e a rusticidade que distinguem nesta etapa o caráter brasileiro.

Carlos Castello Branco**

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Senador Benjamim Farah.

O SR. BENJAMIM FARAH (Rio de Janeiro) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente:

Ocupo esta tribuna para consignar, aqui, o meu profundo pesar pelo falecimento, há poucos dias, do ex-Deputado Ranieri Mazzilli.

Conheci aquele nobre homem público quando foi Secretário das Finanças, no antigo Distrito Federal. Posteriormente, desempenhou outras funções, inclusive assumindo, interinamente, a direção de mais de uma Secretaria, dentre elas a da Educação, tendo chegado também a ser Chefe de Gabinete do Ministro da Fazenda, no Governo Eurico Dutra.

Mazzilli, Sr. Presidente, veio ao Congresso de uma longa experiência, na administração de vários postos no interior de São Paulo e, também, na antiga Capital da República.

Chegou à Câmara Federal em 1950, tendo sido eleito várias vezes Deputado, permanecendo na Câmara, seguramente, vinte anos.

Durante a sua representação — a do Estado de São Paulo — S. Ex^a fez o curso da Escola Superior de Guerra, quando fui seu companheiro nessa importante Academia. O saudoso parlamentar, tendo sido eleito Presidente da Câmara por sete sessões legislativas, assumiu a Presidência da República por várias vezes. Portanto, várias vezes chegou, interinamente, à Presidência da República. Mas, dessas duras missões duas foram de alto relevo para os destinos da Democracia, sobretudo quando substituiu o Presidente Jânio Quadros e, depois, quando substituiu o Sr. João Goulart.

Nessas duas delicadas e graves oportunidades, Sr. Presidente, a Nação ficou suspensa e preocupada com as terríveis conseqüências que poderiam advir de qualquer violência praticada às instituições. Felizmente, graças à boa vontade e pelo espírito democrático dos militares, o Sr. João Goulart tomou posse. E nós que estávamos na iminência de conflitos internos, tais as ameaças que vinham de todas as direções, em face de certos arranjos políticos culminando com a emenda parlamentarista, tudo continuou em paz, sem a menor conseqüência para a vida democrática deste País.

Posteriormente, quando o Sr. João Goulart foi afastado do Governo, nós enfrentamos outra fase difícil. E o Sr. Ranieri Mazzilli foi o substituto interino daquele Presidente deposto. E graças a ele, graças aos seus auxiliares, dentre os quais o então Chefe da Casa Militar, o General Ernesto Geisel, outros militares, nós conseguimos atravessar uma fase que parecia ameaçadora para todos nós. Felizmente a calma, a prudência e o equilíbrio de Ranieri Mazzilli,

sempre patente nas horas graves, evitaram que o País descambasse para conflitos e choques inconvenientes e perigosos.

O Sr. Presidente, Ranieri Mazzilli veio de São Paulo, sua terra e onde seus pais, imigrantes que eram, se localizaram. E recorro, aqui, que era com muito carinho que Mazzilli sempre falava na sua cidadezinha do interior, lembrando-se dos dias de sua infância, do aconchego do lar daquele imigrante pobre e sofrido que veio encontrar uma Pátria nova e, nesta Pátria, educar o seu filho. E o filho do imigrante italiano chegou, várias vezes, à Presidência da República. Mas, sempre se manteve com serenidade, paciência, abnegação e muito equilíbrio. Soube, sempre, dignificar os postos a que fora guindado: o mandato de Deputado federal, os postos administrativos, antes de chegar à Câmara dos Deputados, e a Presidência da República. Posteriormente, quando deixou a vida parlamentar, voltou à sua cidade natal, ao seu interior, indo cuidar da sua fazenda.

Encontrei-me com Mazzilli dois anos antes do seu falecimento, e ele me falava de todo o amor à sua terra, ao seu povo, ao seu trabalho, evidenciando, com o maior entusiasmo, a sua vocação telúrica, que é, aliás, um dos pendores, um dos atributos do povo italiano. Aquela amizade, aquele amor à terra e, sobretudo, ao seu trabalho. Ele herdara do pai essa vocação, essa tendência. Soube, repito, não somente dignificar a sua terra, mas também o seu povo e todos os postos para os quais fora convocado.

Sr. Presidente, esta morte não poderia ficar sem uma palavra de solidariedade cristã à família do extinto. Fui colega de Mazzilli, identifiquei nele sempre um grande companheiro, aprendi a admirar-lhe as grandes virtudes de cidadão, de chefe de família, e de amigo.

Por tudo isso, Sr. Presidente, fica a expressão do seu colega da Câmara dos Deputados, do seu companheiro do Partido a que ele emprestou o melhor dos seus esforços e deu muito da sua inteligência e do seu elevado espírito público. E fica a expressão não só de saudade, mas, também o compromisso de continuarmos, neste Congresso, as lutas que ele travou em favor da Agricultura, em favor da Administração, em favor do Parlamento, em favor da vida pública e da classe política. Ele soube honrar a classe política; portanto, ficam, aqui, as homenagens sentidas de um modesto representante dessa classe. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Senador Benedito Ferreira.

O SR. BENEDITO FERREIRA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Lourival Baptista) — Concedo a palavra ao nobre Senador Arnon de Mello, por cessão do nobre Senador José Esteves.

O SR. ARNON DE MELLO (Alagoas) (Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Ocupo a tribuna apenas por cinco ou dez minutos, nesta hora tardia da nossa sessão.

Hoje, ao chegar a esta Casa, recebi da Assembléia Legislativa do Estado de Alagoas, assinado por seu Presidente, Deputado Guilherme Palmeira, um ofício encaminhando a Indicação nº 78, subscrita pelos Deputados Francisco Pimentel, Manoel Afonso de Mello, Mendonça Neto e Alcides Falcão e aprovado por aquela Casa do Poder Legislativo alagoano.

A Indicação nº 78 é a seguinte:

ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ESTADUAL

INDICAÇÃO Nº 78

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa Estadual:

Considerando que a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) é órgão do Governo

Federal, que dispõe de vastos recursos para impulsionar o desenvolvimento de toda a região por onde flui o "Rio da Unidade Nacional";

Considerando que a CODEVASF prevê, em sua estrutura, a criação de quatro coordenadorias regionais;

Considerando que ao invés dessas coordenadorias regionais, enfiando recursos fabulosos, se fez necessário criar coordenadorias em todos os Estados diretamente relacionados com o aproveitamento do São Francisco;

Considerando que Alagoas dispõe de dois gigantescos projetos de irrigação, nos vales do Boacica e da Marituba;

Considerando que a cidade de Penedo se localiza estrategicamente entre os dois projetos referidos, além de reunir condições de acomodar os órgãos técnicos da execução dos trabalhos de aproveitamento do Rio São Francisco,

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário, que se faça veemente apelo ao Senhor Ministro do Interior, Maurício Rangel Reis, no sentido de que se implante uma Coordenadoria Estadual da CODEVASF em Alagoas, na cidade de Penedo.

Sala das Sessões da Assembléia Legislativa Estadual, em Maceió, 15 de abril de 1975. — Dep. Francisco Pimentel — Manoel Afonso de Mello — Mendonça Neto — Alcides Falcão."

Faço meu o apelo veemente dirigido pela Assembléia Legislativa de Alagoas ao Sr. Ministro do Interior, Dr. Maurício Rangel Reis, no sentido de que se implante uma Coordenadoria Estadual da CODEVASF de Alagoas, na cidade de Penedo.

Sr. Presidente aproveito o fato de encontrar-me na tribuna para comunicar à Casa — fazendo incluir nos Anais nossa homenagem póstuma — o falecimento, aos 87 anos de existência honrada, de um digno alagoano, o Sr. Inácio Cavalcante.

Já se disse que não se julgue o homem pelo que realizou no mundo, pela fortuna que amealhou, ou pelo bom sucesso que obteve, mas pela família que constituiu.

O Sr. Inácio Cavalcante, pobre, trabalhador, constituiu família numerosa que se distinguiu pelos próprios méritos. Entre os membros dessa família, entre os seus filhos, contam-se nosso colega Senador Luís Cavalcante, general do Exército Nacional e ex-Governador do Estado, e o economista Dr. Lincoln Cavalcante, atual Presidente do Banco do Estado de Alagoas.

Falece o Sr. Inácio Cavalcante, depois de longa vida, em meio ao respeito e ao apreço dos alagoanos. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Louvival Baptista) — Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Leite Chaves.

O SR. LEITE CHAVES PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Senador Agenor Maria, lamentando que S. Ex^a disponha de dez minutos, porque a sessão irá encerrar-se às 18 horas e 30 minutos, face à convocação de sessão conjunta do Congresso Nacional.

Está V. Ex^a com a palavra.

O SR. AGENOR MARIA (Rio Grande do Norte) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Comemora-se, no próximo dia 8, o trigésimo aniversário do "Dia da Vitória", quando as Forças Aliadas obtiveram a rendição total das Potências do Eixo, impondo, definitivamente, a vontade das nações democráticas aos países totalitários, representados pelos governos nazi-fascistas da Alemanha, da Itália e do Japão.

O Brasil que, na I Guerra Mundial, já se aliara às nações que repeliram a primeira aventura do pan-germanismo, teve, nesse

segundo grande conflito internacional, iniciado por Adolfo Hitler em 1939, uma participação bem maior, pelas três Forças Armadas, a Marinha, a Aeronáutica e o Exército, por ordem cronológica, com igual valia de sacrifícios e demonstração de bravura e, sobretudo, de fidelidade à causa democrática universal.

Durava o conflito quase três anos quando o comando hitlerista, pretendendo cortar os abastecimentos brasileiros às potências democráticas, torpedeou, em nossas águas territoriais, os primeiros navios mercantes com a bandeira brasileira, como o "Baependi" e as primeiras belonaves nacionais, como o "Bahia" e o "Vital de Oliveira".

Foi, assim, a gloriosa Marinha Brasileira a primeira a sofrer o ultrage da agressão e, durante o conflito perdemos mais de mil marinheiros, soldados ou não. Declarada a guerra, pelo Brasil, às potências do Eixo nazi-fascista, verificou-se, desde logo, o engajamento da gloriosa Força Aérea Brasileira em missões de abastecimento, instalando-se o "Trampolim da Vitória", no corredor atlântico Natal-Dakar. Partindo da base de Parnamirim, nossos bravos pilotos e valentes tripulações garantiriam aos ingleses, no continente africano, os suprimentos indispensáveis à manutenção das operações bélicas. Logo o comando norte-americano, que se instalara, no Recife, no Campo Ingram, com os navios de guerra e marinheiros da grande nação aliada, reconheceriam a excelência da participação brasileira no esforço conjunto do capítulo aero-naval da nossa participação na vitória.

Já em 1944, estaríamos, porém, com a gloriosa Força Expedicionária Brasileira, lutando nos gelados Apeninos, dando o nosso tributo de sangue às batalhas campais, para as conquistas de Castel Nuovo e Monte Castelo, quando o bravo Exército Nacional demonstrou combatividade, capacidade de adaptação às mais duras condições de terreno e de clima, com um moral elevadíssimo e uma capacidade de luta que honram as nossas lúdimas tradições militares.

Não me cabe, neste breve registro, rememorar, com os detalhes merecidos e as tintas necessárias, todos aqueles episódios que nos enchem de orgulho patriótico. Desejo, como participante de algumas duras missões da Marinha Brasileira, como "ex-combatente", um dos títulos de que mais me orgulho na vida, ressaltar o brilho que o Governo pretende emprestar às comemorações cívicas do Trigésimo Aniversário da Vitória Aliada.

Assim, quero congratular-me com o Presidente Ernesto Geisel, com o General Pintaluga e com o Marechal Cordeiro de Farias pelo grande interesse despertado, na imprensa e na opinião pública, pelos festejos, que terão, na próxima quinta-feira, seu ponto mais alto, movendo-se, mais uma vez, o sentimento patriótico do povo brasileiro, na relembração dos seus heróis.

Especialmente convidado pelo Governo brasileiro, virá ao Brasil o General Mark Clark que, ao lado do Eisenhower, do General Patton, do Almirante Ingram e de tantos outros, mortos ou ainda vivos, escreveram, com a sua valentia de soldados, seu descortino de Chefes, sua profunda fé na democracia representativa, as páginas mais brilhantes nos episódios bélicos deste século.

Ao receber aquele destemido aliado, queremos demonstrar-lhe que os companheiros de ontem, nos campos de batalha, continuam plenamente fiéis aos ideais supremos de convivência internacional pacífica, de autodeterminação dos povos, de amor à democracia, de crença nos postulados cristãos e humanitários, que sempre nos uniram.

Passados trinta anos, não nos afastamos daquelas doutrinas eternas, daqueles princípios perenes, só eles capazes de garantir a sobrevivência da humanidade.

O Sr. Benjamim Farah (Rio de Janeiro) — V. Ex^a permite-me um aparte?

O SR. AGENOR MARIA (Rio Grande do Norte) — Com prazer.

O Sr. Benjamim Farah (Rio de Janeiro) — Nobre Senador Agenor Maria, proclamo, neste momento, a minha alegria, o meu

entusiasmo, a minha vibração cívica pelo seu discurso. V. Ex^a fala com muita autoridade, porquanto o nobre Colega sentiu, na própria carne, os horrores dessa última guerra, fruto do egoísmo, da incompreensão e do ódio. Aqueles que combateram as forças do mal, aqueles que combateram os líderes da prepotência, não podem deixar de merecer a nossa imorredoura gratidão. V. Ex^a pertence a esse grupo de patriotas e democratas, esse grupo que, pelo gesto, pela iniciativa e pela coragem, merece o maior respeito e o maior sentimento de apreço. Portanto, a presença de V. Ex^a nesta tribuna é altamente significativa para todos nós. Significativa para nossa legenda, tantas vezes combatida e até caluniada, caluniada por aqueles que não compreendem, no esforço e na vinculação popular, a excelência do bem com vistas à democracia, à justiça e à liberdade; caluniada por aqueles que temem o crescimento de nossa legenda e possa chegar a ser maioria. A todos eles precisamos advertir: somos assim, somos como V. Ex^a, pensamos no Brasil, pensamos na democracia, combatemos os inimigos da humanidade, não queremos estar ligados, não queremos estar submetidos a forças totalitárias nem às forças superegoístas que querem dominar pelo dinheiro ou pelo terror. Queremos justamente o equilíbrio, a serenidade, a compreensão, a solidariedade humana. Estamos com aqueles que lutaram para que o mundo vivesse em paz dentro de um sistema de ordem e de justiça, de respeito e de amor ao próximo. Por tudo isso, V. Ex^a merece os mais veementes aplausos deste seu colega e, tenho a certeza, são também os aplausos de toda a Casa.

O SR. AGENOR MARIA (Rio Grande do Norte) — Muito obrigado, nobre Senador Benjamim Farah.

Sr. Presidente, o tempo é curto. Apenas levo ao conhecimento da Casa o que espero.

Esperamos que o dia 8 de maio seja, este ano, mais um ensejo de fortalecimento da aliança dos povos livres e se transforme, sobretudo, nas Casas do Congresso Nacional, num dia de festa da Democracia Representativa, único sistema capaz de integrar a humanidade numa só civilização pronta a respeitar a plena individualidade das nações, a segurança e o crescente desenvolvimento de todos os povos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Não há mais oradores inscritos. (Pausa.)

Lembro aos Srs. Senadores que o Congresso Nacional está convocado para uma sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, no plenário da Câmara dos Deputados.

Nada mais havendo que tratar, vou declarar encerrada a presente sessão, designando para a de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 72, de 1975, do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 132, de 1974, de sua autoria, que dispõe sobre a obrigatoriedade de doar sangue.

— 2 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 73, de 1975, do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 147, de 1974, de sua autoria, que restringe o uso da palavra nacional, na denominação, às sociedades de economia mista com participação majoritária da União.

— 3 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 74, de 1975, do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 149, de 1974, de sua autoria, que estabelece placa especial para viaturas de médicos.

— 4 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 75, de 1975, do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 152, de 1974, de sua autoria, que restabelece a grafia tradicional no nome das cidades tombadas pelo Patrimônio Histórico.

— 5 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 171, de 1975, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado, dos discursos dos Excelentíssimos Senhores General Fritz de Azevedo Manso e General Hélio Ibiapina, pronunciados por ocasião da cerimônia de entrega de espadas aos novos Generais, e publicado no *Jornal do Brasil* em 24 de abril de 1975.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 25 minutos.)

ORAÇÃO GRATULATÓRIA DO EMINENTE CARDEAL D. CARLOS CARMELO DE VASCONCELOS MOTA, ALUSIVA AO TRANSCURSO DO 15º ANIVERSÁRIO DE BRASÍLIA, LIDA PELO ARCEBISPO DE BRASÍLIA, D. JOSÉ NEWTON, EM 21 DE ABRIL DE 1975, QUE SE PUBLICA NOS TERMOS DO REQUERIMENTO Nº 167/75, DE AUTORIA DO SR. SENADOR MAURO BENEVIDES, APROVADO NA SESSÃO DE 5-5-75:

DE APARECIDA A BRASÍLIA

“Meus irmãos Brasileiros: Por (n)ímia bondade do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, recebi um dos mais honrosos e gratos convites na minha vida, qual o de ir, eu, participar das homenagens comemorativas do décimo-quinto aniversário da inauguração de Brasília, abençoada Capital do Brasil; criada que fora pela Lei de 19 de outubro de 1955.

Pobre de mim que pela idade muita e saúde pouca, sinto-me impedido de comparecer pessoalmente, nesta venturosa data de 21 de abril de 1975, evocadora também da personalidade de Tiradentes, protomártir de nossa Independência Nacional.

No entretanto, por especial mercê de nosso querido Arcebispo Brasiliapolitano e por seus sagrados lábios, falo agora agradecendo o amável convite do Excelentíssimo Senhor Governador, e transmitindo esta fraternal Mensagem de minhas mais cordiais saudações, congratulações e bênçãos à nossa Urbe Metropolitana Nacional, — Brasília!

— Brasília, Cidade de Deus...

— Brasília, Cidade de Nossa Senhora Maria Santíssima...

— Brasília, Cidade dos Brasileiros... Feita por Brasileiros, feita para os Brasileiros, e para Capital dos Brasileiros...

— Brasil, Capital Brasília!

“Deus é o Senhor da História”, disse Santo Agostinho. E, assim, da história de Brasília tem sido.

E Deus disse, eu Levítico: Eu andarei no meio de vós; Eu serei vosso Deus; e vós sereis meu povo. Esta promessa divina em favor do povo de Deus, Israel, se vê cumprida também para o povo de Deus em Brasília e em todo o Brasil.

Brasília, na verdade, é uma inspiração do Céu, é um dom celestial para a Terra da Santa Cruz. Brasília nasceu com a Missa solene, de 3 de maio de 1957, celebrada em céu aberto do Planalto Central do Brasil. Foi inaugurada com a Missa Pontifical, de 21 de abril de 1960, celebrada pelo Cardeal Patriarca de Lisboa, Legado do Santo Padre João XXIII, cujo carinho para com a nossa Pátria fez com que se redigisse uma liturgia única para a Bênção Canônica da Nova Capital. E, em 10 de junho de 1962, Brasília foi consagrada a Nossa Senhora da Conceição Aparecida, cuja milagrosa Imagem esteve então na Capital Brasileira.

BRASÍLIA, CIDADE DE NOSSA SENHORA MARIA SANTÍSSIMA

Há 258 anos começou a devoção de nossa gente para com Nossa Senhora da Conceição Aparecida. Em meados do mês de outubro de 1717 foi sua taumaturga Imagem retirada das águas do porto de Itaguassu, no rio Paraíba, pelos pescadores, que buscavam peixes, por ordem da Vila de Guaratinguetá, para o seu ilustríssimo hóspede, o Governador da Província de São Paulo e das Minas de Ouro.

O popular e piedoso culto da Aparecida foi crescendo incessantemente, centralizado na primitiva e pobre Capelinha no mesmo porto de Itaguassu. Depois, transferido para uma Capela maior, localizada no Morro dos Coqueiros, onde hoje está a primeira Basílica e Matriz da Cidade. E, desde 11 de novembro de 1955, a nova Basílica está na colina dos Pitos, sede do Santuário Nacional de Aparecida, cuja frequência anual já chega a mais de quatro milhões de peregrinos de todo o Brasil e até de países estrangeiros.

BRASÍLIA, CIDADE DOS BRASILEIROS

O patrossímico nome do "Brasil" proveio do primeiro mapa geográfico da vasta região descoberta e conquistada por Pedro Álvares Cabral; o qual mapa, publicado em 1530, deu a essa região o nome latino e clássico de "Brasília", que quer dizer terra do Brasil, isto é, terras das florestas da árvore do pau cuja madeira é da cor da brasa. Brasília é Cidade de todos os Brasileiros; onde todos são cidadãos iguais, da mesma terra, família, da mesma pátria, com os mesmos direitos e deveres. E da mesma língua, e da mesma cristandade e praticando o fraternalismo social cristão.

Após a proclamação da Independência, o Brasil viveu, na Capital do Rio de Janeiro, 67 anos de Império e 67 anos de República, até 1956, quando a adamantina Lei de 19 de setembro mudou oficialmente a Capital para Brasília. "Incipit vita nova..."

MEUS IRMÃOS BRASILIENSES:

Nesta efeméride natalícia de Brasília, invoco as mais preciosas bênçãos de Deus, por intercessão de Nossa Senhora Aparecida, em favor de nossa belíssima Capital; como faço na Missa de hoje, celebrada junto à Imagem Aparecida, de nossa celestial Padroeira. E, para que nunca nos falte a maternal proteção da Mãe de Deus e nossa Mãe, sejamos sempre fervorosos devotos da milagrosa reza do santo Rosário Mariano, devoção essa que será a inexpugnável fortaleza defensiva de Brasília e do Brasil.

As aparições de Nossa Senhora, em Lourdes, em Fátima, em Aparecida, manifestam ao mundo quanto vale o santo Rosário Mariano. No Vaticano, em 1963, o Santo Padre dizia: "Tendes Nossa Senhora Aparecida vossa Padroeira... Pois bem, Ela protegerá vossa grande Nação; e eu vos prometo que rezarei por vós, apresentando a Ela os vossos problemas, as vossas penas, as vossas esperanças". E, na Encíclica "Mense Maio", disse Sua Santidade: "Não deixes de incucar, com todo o cuidado, a prática do Rosário, a oração tão querida à Virgem Santíssima, e tão recomendada pelos Sumos Pontífices".

O Rosário, meus Irmãos Brasilienses, é a muralha santa que o demônio não pode destruir nem ultrapassar. Rezemos, sim, o Rosário pela segurança de nossa Pátria e da Família Brasileira. Rezemos também por Portugal, do qual recebemos o tesouro riquíssimo dessa devoção marial. Lá, no Santuário do Sameiro, o povo suplica:

"Vela por nós, filhos teus,
Mãe de Jesus, nossa Mãe!
Tu podes, és Mãe de Deus;
Tu deves, és nossa Mãe!

E, em Fátima, o povo relembra:

"A Virgem mandou
As contas rezar.
E disse que o Terço
Nos há de salvar."

Pela intercessão da Rainha e Padroeira do Brasil desça sobre vós a bênção de Deus todo-poderoso Pai, Filho e Espírito Santo, e permaneça para sempre. Amém."

ATA DA 38ª SESSÃO, REALIZADA EM 25-4-75 (Publicada no DCN — Seção II — de 26-4-75)

RETIFICAÇÕES

No Projeto de Lei da Câmara nº 17/75 (nº 2.388-B/74, na Casa de origem), que dispõe sobre a unitização, movimentação e transporte, inclusive intermodal, de mercadorias em unidades de carga, e dá outras providências:

Na página 1.357, 1ª coluna, no § 2º do art. 26 do projeto,

Onde se lê:

.... sobre as mercadorias transportadas containers, ...

Leia-se:

.... sobre as mercadorias transportadas nos containers, ...

No Projeto de Lei do Senado nº 62/75, que dá nova redação ao art. 3º e acrescenta-lhe parágrafo, renumerado o atual § 2º, ao art. 7º e ao parágrafo único do art. 18, todos da Lei nº 5.107, de 13-9-66, que cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço:

Na página 1.372, 1ª coluna, na ementa do projeto,

Onde se lê:

.... remunerado o atual § 2º, ...

Leia-se:

.... remunerado o atual § 2º, ...

No Requerimento nº 172/75, de desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 172/74, que autoriza o Poder Executivo a lotear e doar terrenos dos aglomerados de palafitas, que integram a "região dos alagados", na cidade de Salvador:

Na página 1.380, 2ª coluna, no requerimento,

Onde se lê:

.... requero desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 172-A/74, ...

Leia-se:

.... requero desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 172/74, ...

CONSULTORIA JURÍDICA

PARECER Nº 15/75

Da Consultoria Jurídica sobre Representação do Presidente da Associação dos Funcionários Aposentados do Congresso Nacional e do Judiciário da União, solicitando seja paga aos funcionários aposentados do Senado Federal a gratificação de 20%.

RETIFICAÇÃO

Na publicação do Parecer, feita no DCN — Seção II — de 29-4-75, página 1.443, 2ª coluna,

Onde se lê:

VI Diante do exposto, e considerando a tradição da Casa, opinamos pelo acolhimento do que pleiteia a "Associação dos Funcionários Aposentados do Congresso Nacional e do Judiciário da União", assim restaurado, para os aposentados, nas condições aqui indicadas, até 15 de março de 1968, o adicional de 20%, calculados sobre os seus proventos.

Leia-se:

VI Diante do exposto, e considerando a tradição da Casa, opinamos pelo acolhimento do que pleiteia a "Associação dos Funcionários Aposentados do Congresso Nacional e do Judiciário da União", assim restaurado, para os aposentados, nas condições aqui indicadas, até 15 de março de 1968, o adicional de 20%, calculados sobre os atuais proventos.

MESA

Presidente:
Magalhães Pinto (ARENA—MG)

3º-Secretário:
Lourival Baptista (ARENA—SE)

1º-Vice-Presidente:
Wilson Gonçalves (ARENA—CE)

4º-Secretário:
Lenoir Vargas (ARENA—SC)

2º-Vice-Presidente:
Benjamin Farah (MDB—RJ)

1º-Secretário:
Dinarte Mariz (ARENA—RN)

Suplentes de Secretários:

Ruy Carneiro (MDB—PB)
Renato Franco (ARENA—PA)
Alexandre Costa (ARENA—MA)
Mendes Canale (ARENA—MT)

2º-Secretário:
Marcos Freire (MDB—PE)

LIDERANÇA DA ARENA E DA MAIORIA

Líder
Petrônio Portella
Vice-Líderes
Eurico Rezende
Jarbas Passarinho
José Lindoso
Mattos Leão
Osires Teixeira
Ruy Santos
Saldanha Derzi
Virgílio Távora

LIDERANÇA DO MDB E DA MINORIA

Líder
Franco Montoro
Vice-Líderes
Mauro Benevides
Roberto Saturnino
Itamar Franco
Evandro Carreira

COMISSÕES

Diretor: José Soares de Oliveira Filho
Local: Anexo II — Térreo
Telefones: 23-6244 e 24-8105 — Ramais 193 e 257

A) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Cláudio Carlos Rodrigues Costa
Local: Anexo II — Térreo
Telefone: 24-8105 — Ramais 301 e 313

**COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)
(7 Membros)**

COMPOSIÇÃO

Presidente: Orestes Quércia
Vice-Presidente: Benedito Ferreira

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Vasconcelos Torres	1. Altevir Leal
2. Paulo Guerra	2. Otair Becker
3. Benedito Ferreira	3. Renato Franco
4. Itálvio Coelho	
5. Mendes Canale	

	MDB
1. Agenor Maria	1. Adalberto Sena
2. Orestes Quércia	2. Amaral Peixoto

Assistente: Mauro Lopes de Sá — Ramal 310.
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas.
Local: Sala "Coglho Rodrigues" — Anexo II — Ramal 613.

**COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)
(7 Membros)**

COMPOSIÇÃO

Presidente: Cattete Pinheiro
Vice-Presidente: Agenor Maria

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Cattete Pinheiro	1. Saldanha Derzi
2. José Guiomard	2. José Sarney
3. Teotônio Vilela	3. Renato Franco
4. Osires Teixeira	
5. José Esteves	
	MDB
1. Agenor Maria	1. Evelásio Vieira
2. Evandro Carreira	2. Gilvan Rocha

Assistente: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 312.
Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)
(13 Membros)**

COMPOSIÇÃO

Presidente: Accioly Filho
Vice-Presidente: Gustavo Capanema

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Accioly Filho	1. Mattos Leão
2. José Sarney	2. Henrique de La Rocque
3. José Lindoso	3. Petrônio Portella
4. Helvídio Nunes	4. Renato Franco
5. Itálvio Coelho	5. Osires Teixeira
6. Eurico Rezende	
7. Gustavo Capanema	
8. Heitor Dias	
9. Orlando Zancaner	
	MDB
1. Dirceu Cardoso	1. Franco Montoro
2. Leite Chaves	2. Mauro Benevides
3. Nelson Carneiro	
4. Paulo Brossard	

Assistente: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305.
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Heitor Dias

Vice-Presidente: Adalberto Sena

Titulares		Suplentes
	ARENA	
1. Helvídio Nunes		1. Augusto Franco
2. Eurico Rezende		2. Luiz Cavalcante
3. Renato Franco		3. José Lindoso
4. Osires Teixeira		4. Wilson Campos
5. Saldanha Derzi		5. Virgílio Távora
6. Heitor Dias		
7. Henrique de La Rocque		
8. Otair Becker		
	MDB	
1. Adalberto Sena		1. Evandro Carreira
2. Lázaro Barboza		2. Nelson Carneiro
3. Ruy Carneiro		

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306.

Reuniões: Quartas-feiras, às 11:30 horas.

Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Cabral

Vice-Presidente: Renato Franco

Titulares		Suplentes
	ARENA	
1. Milton Cabral		1. Benedito Ferreira
2. Vasconcelos Torres		2. Augusto Franco
3. Wilson Campos		3. Ruy Santos
4. Luiz Cavalcante		4. Cattete Pinheiro
5. Arnon de Mello		5. Helvídio Nunes
6. Jarbas Passarinho		
7. Paulo Guerra		
8. Renato Franco		
	MDB	
1. Franco Montoro		1. Agenor Maria
2. Orestes Quêrcia		2. Amaral Peixoto
3. Roberto Saturnino		

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Tarso Dutra

Vice-Presidente: Henrique de La Rocque

Titulares		Suplentes
	ARENA	
1. Tarso Dutra		1. Arnon de Mello
2. Gustavo Capanema		2. Helvídio Nunes
3. João Calmon		3. José Sarney
4. Henrique de La Rocque		
5. Mendes Canale		
	MDB	
1. Evelásio Vieira		1. Franco Montoro
2. Paulo Brossard		2. Itamar Franco

Assistente: Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 598.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Amaral Peixoto

Vice-Presidente: Teotônio Vilela

Titulares		Suplentes
	ARENA	
1. Saldanha Derzi		1. Daniel Krieger
2. Benedito Ferreira		2. Wilson Campos
3. Alexandre Costa		3. José Guiomard
4. Fausto Castelo-Branco		4. José Sarney
5. Jessé Freire		5. Heitor Dias
6. Virgílio Távora		6. Cattete Pinheiro
7. Mattos Leão		7. Osires Teixeira
8. Tarso Dutra		
9. Henrique de La Rocque		
10. Helvídio Nunes		
11. Teotônio Vilela		
12. Ruy Santos		
	MDB	
1. Amaral Peixoto		1. Danton Jobim
2. Leite Chaves		2. Dirceu Cardoso
3. Mauro Benevides		3. Evelásio Vieira
4. Roberto Saturnino		
5. Ruy Carneiro		

Assistente: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 303.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas.

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Nelson Carneiro
Vice-Presidente: Jessé Freire

Titulares

1. Mendes Canale
2. Domício Gondim
3. Jarbas Passarinho
4. Henrique de La Roche
5. Jessé Freire

ARENA

Suplentes

1. Virgílio Távora
2. Eurico Rezende
3. Accioly Filho

MDB

1. Franco Montoro
2. Nelson Carneiro

1. Lázaro Barboza
2. Ruy Carneiro

Assistente: Cláudio Vital Rebouças Lacerda — Ramal 307.
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas.
Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Calmon
Vice-Presidente: Domício Gondim

Titulares

1. Milton Cabral
2. Arnon de Mello
3. Luiz Cavalcante
4. Domício Gondim
5. João Calmon

ARENA

Suplentes

1. Paulo Guerra
2. José Guimard
3. Virgílio Távora

MDB

1. Dirceu Cardoso
2. Itamar Franco

1. Gilvan Rocha
2. Leite Chaves

Assistente: Mauro Lopes de Sá — Ramal 310.
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas.
Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)
(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Danton Jobim
Vice-Presidente: Renato Franco

Titulares

1. José Lindoso
2. Renato Franco
3. Orlando Zancaner

ARENA

Suplentes

1. Virgílio Távora
2. Mendes Canale

MDB

1. Danton Jobim
2. Orestes Quêrcia

1. Dirceu Cardoso

Assistente: Maria Carmen Castro Souza — Ramal 134.
Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas.
Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)
(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger
Vice-Presidente: Luiz Viana

Titulares

1. Daniel Krieger
2. Luiz Viana
3. Virgílio Távora
4. Jessé Freire
5. Arnon de Mello
6. Petrônio Portella
7. Saldanha Derzi
8. José Sarney
9. João Calmon
10. Augusto Franco

Suplentes

ARENA

1. Accioly Filho
2. José Lindoso
3. Cattete Pinheiro
4. Fausto Castelo-Branco
5. Mendes Canale
6. Helvidio Nunes

MDB

1. Danton Jobim
2. Gilvan Rocha
3. Itamar Franco
4. Leite Chaves
5. Mauro Benevides

1. Nelson Carneiro
2. Paulo Brossard
3. Roberto Saturnino

Assistente: Cândido Hippertt — Ramal 676.
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas.
Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716.

COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Fausto Castelo-Branco
Vice-Presidente: Gilvan Rocha

Titulares

1. Fausto Castelo-Branco
2. Cattete Pinheiro
3. Ruy Santos
4. Otair Becker
5. Altevir Leal

ARENA

Suplentes

1. Saldanha Derzi
2. Wilson Campos
3. Mendes Canale

MDB

1. Adalberto Sena
2. Gilvan Rocha

1. Evandro Carreira
2. Ruy Carneiro

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306.
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas.
Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Guiomard
Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

Titulares	ARENA	Suplentes
1. Luiz Cavalcante		1. Jarbas Passarinho
2. José Lindoso		2. Henrique de La Rocque
3. Virgílio Távora		3. Alexandre Costa
4. José Guiomard		
5. Vasconcelos Torres		
	MDB	
1. Amaral Peixoto		1. Agenor Maria
2. Adalberto Sena		2. Orestes Quêrcia

Assistente: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 312.
Reuniões: Quartas-feiras, às 11:30 horas.
Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Lázaro Barboza
Vice-Presidente: Orlando Zancaner

Titulares	ARENA	Suplentes
1. Augusto Franco		1. Mattos Leão
2. Orlando Zancaner		2. Gustavo Capanema
3. Heitor Dias		3. Alexandre Costa
4. Accioly Filho		
5. Luiz Viana		
	MDB	
1. Itamar Franco		1. Danton Jobim
2. Lázaro Barboza		2. Mauro Benevides

Assistente: Cláudio Vital Rebouças Lacerda — Ramal 307.
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala "Coelho Rodrigues" — Anexo II — Ramal 613.

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS — (CT)
(7 Membros)

Presidente: Alexandre Costa
Vice-Presidente: Luiz Cavalcante

Titulares	ARENA	Suplentes
1. Alexandre Costa		1. Orlando Zancaner
2. Luiz Cavalcante		2. Mendes Canale
3. Benedito Ferreira		3. Teotônio Vilela
4. José Esteves		
5. Paulo Guerra		
	MDB	
1. Evandro Carreira		1. Lázaro Barboza
2. Evelásio Vieira		2. Roberto Saturnino

Assistente: Cândido Hippertt — Ramal 676.
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas.
Local: Sala "Coelho Rodrigues" — Anexo II — Ramal 613.

B) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

Comissões Temporárias

Chefe: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga.
Local: Anexo II — Térreo.
Telefone: 24-8105 — Ramal 303.

- 1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional.
 - 2) Comissões Temporárias para Apreciação de Vetos.
 - 3) Comissões Especiais e de Inquéritos, e
 - 4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).
- Assistentes de Comissões: José Washington Chaves — Ramal 762;
Haroldo Pereira Fernandes — Ramal 674; Marília de Carvalho Brício — Ramal 314; Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 598.

SENADO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES
HORÁRIO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL
PARA O ANO DE 1975

HORAS	TERÇA	SALA	ASSISTENTE	HORAS	QUINTA	SALA S	ASSISTENTE
10:00	C.A.R.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	LEDA	10:00	C.E.C.	CLÓVIS BEVILACQUA Ramal - 623	CLEIDE
					C.E.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	DANIEL
10:00	C.C.J.	CLÓVIS BEVILACQUA Ramal - 623	MARIA HELENA	10:30	C.S.P.C.	COELHO RODRIGUES Ramal - 613	CLÁUDIO LACERDA
10:30	C.R.E.	RYJ BARBOSA Ramais - 621 e 716	CÂNDIDO		C.P.	RYJ BARBOSA Ramais - 621 e 716	MARCUS VINICIUS
	C.A.	COELHO RODRIGUES Ramal - 613	MAURO	11:00	C.M.E.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	MAURO
11:00	C.R.	CLÓVIS BEVILACQUA Ramal - 623	MARIA CARMEM		C.L.S.	CLÓVIS BEVILACQUA Ramal - 623	CLÁUDIO LACERDA
11:30	C.D.F.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	RONALDO	11:00	C.S.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	RONALDO
	C.S.H.	CLÓVIS BEVILACQUA Ramal - 623	LEDA		C.T.	COELHO RODRIGUES Ramal - 613	CÂNDIDO

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Legislação Atualizada

Lei Orgânica da Previdência Social (Lei nº 3807/60) com redação atualizada.

Comparação com os textos anteriores. Notas explicativas e remissivas.

Jurisprudência administrativa.

Criação do Ministério da Previdência e Assistência Social.

Regulamento da Previdência Social.

Regimento do INPS.

Edição: agosto de 1974 — 318 páginas

PREÇO: CR\$ 20,00

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
ou pelo sistema de **reembolso postal**.

REFORMA ADMINISTRATIVA

(obra elaborada pela Subsecretaria de Edições Técnicas)

DECRETO-LEI Nº 200/67 — redação atualizada

- Legislação citada
- Legislação alteradora
- Legislação correlata

Edição — setembro de 1974

420 páginas

Preço: Cr\$ 25,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS do SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO do SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de **REEMBOLSO POSTAL**.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

QUADRO COMPARATIVO

VOLUME COM 328 PÁGINAS — PREÇO: CR\$ 15,00

CONTÉM, COMPARADAS EM TODOS OS ARTIGOS:

Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969.

Constituição do Brasil de 24 de janeiro de 1967 (e as alterações introduzidas pelos Atos Institucionais de nºs 5 a 17 e Ato Complementar nº 40/69, ratificado pelo art. 3º do Ato Institucional nº 6/69).

Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946 (com as Emendas Constitucionais e Atos Institucionais que a alteraram).

Em notas, além de outras observações, são destacadas as alterações aprovadas pelo Congresso Nacional, através de emendas, ao Projeto de Constituição remetido ao Congresso pelo Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, em dezembro de 1966.

Trabalho organizado e revisado pela Subsecretaria de Edições Técnicas
e impresso pelo Centro Gráfico do Senado Federal

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
ou pelo sistema de **reembolso postal**.

O CONGRESSO NACIONAL E O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

**HISTÓRICO DA LEI COMPLEMENTAR
Nº 7, DE 7-9-70**

Volume com 356 páginas — Preço: Cr\$ 15,00

**TRABALHO ELABORADO E REVISADO PELA
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS — SENADO FEDERAL**

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
ou pelo sistema de reembolso postal.

CÓDIGO PENAL

QUADRO COMPARATIVO

**O NOVO CÓDIGO PENAL
(DECRETO-LEI Nº 1004/69, COM AS ALTERAÇÕES DA LEI Nº 6016/73)
COMPARADO AO CÓDIGO PENAL DE 1940.**

Notas

**Alterações do Código Penal de 1940
Legislação correlata
Texto original do Decreto-lei nº 1004/69**

**Exposição de Motivos do Código Penal de 1940
Exposição de Motivos do Código Penal de 1969
Exposição de Motivos do Projeto que deu origem à Lei nº 6016/73**

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

PREÇO: CR\$ 25,00

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de reembolso postal.

TRÂNSITO

Legislação atualizada.

Código Nacional de Trânsito e seu Regulamento — atualizados

Legislação especial e correlata.

Ilícitos penais do Trânsito.

Resoluções do CONTRAN.

Notas — Comparações — Remissões

Furto de uso.

"Revista de Informação Legislativa" nº 38

452 páginas

PREÇO: 25,00

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
ou pelo sistema de **reembolso postal**.

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Texto atualizado da CLT, comparado ao texto original de 1943 e a todas as alterações introduzidas durante mais de 30 anos de vigência.

Notas explicativas.

Legislação correlata.

616 páginas

PREÇO: CR\$ 35,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

Edição: agosto de 1974

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
ou pelo sistema de **reembolso postal**.

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,50